

Profetários de todos os Países, UNI-VOS!



O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

UNIR A CLASSE OPERÁRIA ATRAVÉS DA LUTA, EIS A TAREFA FUNDAMENTAL DO NOSSO PARTIDO

Por FREITAS

NO momento em que tanto se discute o problema da unidade democrática e da unidade dos anti-salazaristas como factores fundamentais e indispensáveis para afastar do poder a camarilha salazarista e instaurar no país as liberdades democráticas, cabe perguntar:

Qual a importância da participação da classe operária na luta para alcançar estes objectivos? Em que medida está a classe operária interessada numa mudança de regime? Qual a importância da unidade da classe operária e como conseguí-la? Qual a tarefa dos comunistas?

Para uma melhor compreensão destas questões importa ter em conta a importância da classe operária na vida da nação. Importa ter em conta as características fundamentais que conferem à classe operária o seu indiscutível papel de classe de vanguarda, de classe do futuro.

a) Na sociedade burguesa a classe operária distingue-se de todas as outras classes pelo facto de possuir apenas a sua força de trabalho, força que é explorada pelos capitalistas. Na actualidade o capital monopolista protegido pela camarilha salazarista, sujeita a classe operária à mais desenfreada e brutal exploração na sua ânsia de alcançar lucros máximos. Na luta contra tal exploração o proletariado português nada tem a perder e não ser as cadeias a que esta sujeito pela exploração e opressão dos monopólios e do regime salazarista.

b) A classe operária tem espírito de sacrifício, consciência de classe e tradições revolucionárias como nenhuma outra classe. O grau de exploração e a miséria, a que os trabalhadores são sujeitos pela ganância dos exploradores, impõem-lhes toda a sorte de privações e sacrifícios. A classe operária está endurecida pela dura escola da vida e da luta constante que tem de travar, dia a dia, contra os seus exploradores. São exemplos deste espírito de sacrifício e de combatividade, as grandes greves de 20.000 operários em Outubro-Novembro de 1942, de 50.000 operários em Julho-Agosto de 1945, de milhares de operários em Maio de 1941 e a de 20.000 operários em Abril de 1947, travadas pela classe operária portuguesa nas mais duras condições de repressão fascista. Desta forma os trabalhadores adquirem uma sólida consciência de classe. Desta forma a classe operária adquire consciência política e a ténpera de classe revolucionária;

c) A classe operária, pela sua própria posição ocupa e domina os centros vitais da nação. A construção, a produção, os transportes e as comunicações, são centros vitais que mais ninguém, a não ser a classe operária, pode pôr em movimento. E se a classe operária os põe em movimento também os pode paralisar. Essa é a grande arma de que a classe operária dispõe na luta contra a exploração de que é vítima.

d) A classe operária está concentrada como nenhuma outra classe. São já numerosas no nosso país as empresas com mais de 1.000 operários. A Carris de Ferro de Lisboa tem já hoje mais de 5.000

operários e a CUF tem nas suas fábricas e oficinas do Barreiro cerca de 10 mil trabalhadores. Nenhuma outra classe dispõe de forças tão concentradas. Nenhuma outra classe dispõe duma força tão homogênea e poderosa;

e) Através dos seus sindicatos e outras associações de classe (cooperativas, etc.) a classe operária está organizada num grau superior a qualquer outra classe. Os sindicatos nacionais englobam já hoje mais de 600 mil trabalhadores. A experiência mostra que os sindicatos nacionais, mesmo sob o controle do governo, são uma poderosa arma, se a classe operária sabe fazer uso deles para a defesa dos seus direitos. O número de trabalhadores, na cidade e no campo, é já superior a 1.500.000.

Estas são as principais características que fazem da classe operária a classe de vanguarda. Compreende-se assim melhor, a importância decisiva da sua participação na luta para afastar do poder a camarilha salazarista. Pela sua importância na vida da nação e pela sua combatividade e firmeza, a classe operária é uma força indispensável na unidade das forças anti-salazaristas. A simples constatação deste facto não basta, no entanto, para conseguir da classe operária a sua participação activa na luta pelas liberdades democráticas.

Porém, o nosso Partido tem subestimado este facto. A classe operária, a despeito de ser a força mais radicalizada, precisa de ser mobilizada para a luta, precisa de ser esclarecida de qual é o seu interesse real numa mudança de regime.

O QUE TEM A GANHAR A CLASSE OPERÁRIA COM A MUDANÇA DE REGIME?

A classe operária é a classe que mais sofre com a exploração e opressão salazaristas. Os monopólios, protegidos pelo salazarismo, submetem a classe operária à mais brutal e desenfreada exploração. O aumento dos ritmos de trabalho base duma maior exploração a que os monopolistas chamam « aumento da produtividade » é patrocinado e estimulado pelo próprio governo de Salazar. Os operários são perseguidos, presos e torturados, por lutarem por melhores condições de vida. Em períodos de crise tal como o actual em que só na indústria têxtil foram atirados para o desemprego milhares de operários e operárias, os trabalhadores e suas famílias são reduzidos à condição de mendigos sem qualquer assistência. As instituições de previdência, casa cara e monstruosa máquina montada pelo salazarismo à sombra dos interesses dos trabalhadores, arranca mais de um milhão e 500 mil contos por ano aos salários da classe operária. Desta enorme soma só uma parte ínfima reverte em benefício dos trabalhadores através duma magra assistência médica que apenas serve para mascarar a fachada do edifício corporativo salazarista.

A classe operária deve saber que uma mudança de regime ainda que não traga radicais transformações nesta situação, permitirá-lhe, na medida em que forem res-

tabelecidas as liberdades fundamentais, organizar-se livremente como classe e eleger para a direcção dos seus sindicatos direcções da sua confiança, fazendo dos sindicatos verdadeiros órgãos de defesa dos seus interesses de classe. Permitir-lhe-á recorrer à greve quando necessário pois o reconhecimento deste direito, que o salazarismo nega aos trabalhadores portugueses, faz parte das liberdades fundamentais dos cidadãos. Uma mudança de regime permitirá à classe operária organizar-se politicamente, fazer ouvir a sua voz e defender os seus direitos junto da nação.

Tudo isto deve ser por nós explicado à classe operária, se queremos mobilizá-la para participar activemente, com toda a combatividade e decisão que a caracteriza, nas grandes jornadas democráticas que se aproximam. A classe operária é uma grande força mas só na condição de estar unida.

É JÁ UM FACTO A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA?

A CLASSE OPERÁRIA SIGUE O PARTIDO?

Haverá muitas camadas para quem estas perguntas parecerão superfluas. Há muitos camaradas que não só creem que a classe operária já está unida como estão convencidos que ela seguirá incondicionalmente as palavras de ordem do Partido nos momentos políticos decisivos. É justo dizer que a Direcção do Partido tem responsabilidade nesta situação. Nos nossos documentos e nas nossas reuniões, é frequente registarem-se expressões tendentes a criar semelhantes ilusões. Não falamos nos com demorada frequência em nome da classe operária, sem procurar saber o que ela pensa?

O facto de sermos um Partido da classe operária impõe-nos o dever de saber interpretar os seus anseios e os seus interesses mas tal facto não nos dá o direito de falar em nome da classe operária a todo o momento, sem que esta seja ouvida.

É frequente encontrarmos em documentos do Partido, mesmo em documentos fundamentais, uma grande subestimação da classe operária, da necessidade de interpretarmos justamente os seus anseios e de a mobilizarmos para a luta defendendo os seus interesses. Os nossos argumentos desenvolvem-se e descobrem-se nesses documentos mais em função dos interesses de outras classes tais como os camponeses e a pequena e média burguesia, do que em função dos interesses da classe operária. Isto resulta, quanto a nós, da falta de ideia de que a classe operária já está esclarecida e unida atrás de nós, Partido Comunista. *Esta subestimação da nossa influência junto da classe operária traduz-se, assim, numa flagrante subestimação da classe operária.*

Nós, nem sempre temos presente que o caminho para a Unidade política com as outras correntes democráticas e anti-salazaristas, passa pela Unidade da classe operária e que esta está longe de ter sido conseguida.

Por outro lado nem sempre temos presente que a classe operária não segue o Partido Comunista se nos limitarmos apenas a afirmar muitas vezes que somos o Partido da classe operária. Acreditar nisto sem ter em pouca conta a consciência de classe dos trabalhadores. A classe operária só segue o seu Partido quando este sabe interpretar justamente os seus interesses de classe e quando sabe orientá-la na luta, indicando-lhe palavras de ordem justas e adequadas para cada situação. Para conseguir isto é preciso estudar em cada empresa e em cada classe qual a situação dos trabalhadores e qual a disposição de luta das massas em cada momento dado. Este é o papel dos comunistas junto da sua classe, este é o papel do nosso Partido como destacamento de vanguarda da classe operária e como seu estado maior.

A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA É A BASE FUNDAMENTAL DUMA UNIDADE MAIS AMPLA DE TODAS AS FORÇAS PATRIÓTICAS

Sendo a classe operária a classe mais importante da nação, aquela que pelo seu número, pela sua força e combatividade pode decidir uma situação dada, é evidente que a Unidade de todas as forças patrióticas e anti-salazaristas que se procura obter, para afastar do poder a camarilha salazarista, terá de assentar na Unidade da classe operária.

Enquanto a Unidade da classe operária não for uma realidade viva, não nos devemos admirar que haja democratas de outras correntes políticas, particularmente da burguesia, que depositem ilusões em entendimentos e compromissos com os salazaristas, tal como acontece presentemente. Não devemos estranhar que tais democratas recusam aproximar-se dos comunistas e não queiram comunistas nas Comissões Promotoras de Voto e noutras comissões democráticas.

Enquanto não conseguirmos forjar e reforçar a unidade da classe operária através de potentes lutas de massas, os nossos argumentos, por mais lógicos que nos pareçam, não convencem os outros democratas de que a solução do problema político português reside na Unidade e não na esperança de concessões feitas de mão beijada pelo governo de Salazar às forças que se lhe opõem.

Nós, comunistas, afirmamos com justeza: não são os compromissos nem os entendimentos com os salazaristas que levarão o governo a conceder a oposição o direito de se organizar; não são os compromissos de não colaboração com os comunistas que levarão os salazaristas a conceder às outras correntes democráticas aquilo que anos de lutas do nosso povo não conseguia ainda alcançar-lhes; é, sim, a unidade de acção de todos os democratas e anti-salazaristas apoiada na força das massas e no desejo de unidade do nosso povo, que obrigará o governo de Salazar a fazer concessões às forças que se lhe opõem e que abrirá o caminho para o restabelecimento das liberdades fundamentais.

Isto que nós dizemos é justo, mas só por si não basta para convencer as outras correntes democráticas. A confiança que nós temos na força e combatividade da classe operária e das massas não a têm os democratas e agrupamentos políticos da burguesia democrática. Só os factos os convencem e é forçoso confessarmos que os factos que demonstram a nossa influência de massas e a nossa capacidade para unir e mobilizar a classe operária, são infelizmente bem pouco convincentes na hora presente.

A influência ideológica do nosso Partido entre a classe operária é muito grande. A demonstrá-lo estão as grandes lutas que o proletariado português travou no passado guiado por palavras de ordem do Partido; estão as acções de combate que a classe operária trava aqui e acolá no terreno sindical e em lutas reivindicativas muitas das quais não são organizadas nem dirigidas pelo Partido mas são o resultado da sua influência ideológica e de palavras de ordem que interpretam as aspirações das massas.

Isto não deve no entanto iludir-nos. Força os nossos esforços fundamentais nos últimos anos não têm estado virados para o reforçamento da organização do Partido e para a unidade e mobilização da classe operária na luta pelas suas aspirações fundamentais, a actual movimentação da classe operária e de todos os trabalhadores, não está de harmonia com o agravamento brutal das suas condições de vida imposto pela exploração do capital monopolista, nacional e estrangeiro. Por este facto, a unidade da classe operária está longe de ter sido conseguida. E porque isto acontece, as dificuldades e as resistências que o nosso Partido encontra junto das outras correntes democráticas para estabelecer a unidade, são grandes e difíceis de remover nas condições presentes. É evidente que há outros factores de ordem interna e externa mas este, o da falta de unidade da classe operária e de lutas de massas que pela sua importância e repercussão testemunham a influência do Partido junto da classe operária, é quanto a nós, o fundamental.

Se isto é assim, qual deve ser na hora presente a principal tarefa do Partido e de todos os comunistas?

Frente a complexidade e multiplicidade das tarefas que na presente conjuntura política se colocam ao nosso Partido, qual é o elo da cadeia que pode decidir e ao qual nos devemos agarrar para vencer a actual situação?

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO PARA UNIR A CLASSE OPERÁRIA, EIS A TAREFA DECISIVA DA HORA PRESENTE

As «ordens de trabalho» das nossas reuniões estão sobrecarregadas de problemas e as nossas agendas estão cheias de tarefas das mais variadas. Falta-nos o tempo para discutir todos os problemas que desejamos e para levar à prática todas as tarefas que estabelecemos. Cabe perguntar: Estará a Direcção do nosso Partido a

agarrar no que é fundamental? Não estaremos nós a dispersar as nossas forças e a energia dos nossos quadros e organizações em tarefas que não são fundamentais? Ao quererem agarrar e dominar todos os problemas, os mais variados, não nos estará a subir à cabeça uma exagerada ideia de grandeza da nossa força e da nossa influência que não corresponde à realidade objectiva da nossa organização e da real influência do nosso Partido na vida política nacional? A perda de alguns quadros preciosos que caíram nas mãos do inimigo no desempenho dum sem número de tarefas não fundamentais, não estará ligada a uma situação que urge corrigir? A tarefa fundamental que cabe ao nosso Partido, como Partido da classe operária, de unir e organizar os trabalhadores para a luta, não estará a ser subestimado por todo o Partido a começar pela sua Direcção?

Estas são algumas das questões que devem, quanto a nós, ser seriamente consideradas pelo nosso Comité Central para que no nosso trabalho de direcção se imponha, como convém, uma viragem decisiva.

Reforçar a organização do Partido entre a classe operária; penetrar nas empresas fundamentais e nos centros industriais importantes onde ainda não penetramos; fazer todos os esforços para reatar ligações e reanimar o trabalho de organização do Partido em importantes baluartes da classe operária donde continuamos cortados desde há muito em consequência dos golpes policiais, eis uma tarefa importante e decisiva. Sacudir as organizações do Partido através do estudo e discussão obrigatória dos problemas dos trabalhadores susceptíveis de os unir e mobilizar para a luta. Prestar uma intensa ajuda política aos quadros do Partido que mais se destacam no seio da classe operária, não regateando para isso esforços nem sacrifícios, eis, quanto a nós, o caminho para vencer o marasmo em que se encontram actualmente várias organizações do Partido. Os quadros do Partido que vivem e lutam, dia a dia, hora a hora; junto das massas, no seio da sua classe, têm de ter mais largas perspectivas políticas do que aquelas que o Partido lhes tem dado nos últimos tempos. A subestimação destes quadros simples do Partido tem sido muito grande. É frequente deixar de se realizar reuniões só por dificuldades de pontos de apoio para as efectuar. Procede assim o Par-

tido para com os quadros funcionários? Todos sabemos que não, e isso é justo. Mas não é então evidente a subestimação da ajuda política que é necessário prestar àqueles quadros que pelo facto de se encontrarem permanentemente junto da sua classe são eles que estabelecem a ligação do Partido com as massas? Se temos procedido assim porque nos admiramos então que o Partido perca frequentemente a ligação com as massas? Porque nos admiramos que não haja lutas de massas e que esteja atrasada a unidade da classe operária? Mais ajuda aos quadros, sobretudo aos quadros que vivem e lutam junto das massas, não regateando para isso nenhuns esforços, é pois uma necessidade imediata se queremos ligar solidamente ao Partido as massas e conduzi-las à luta em defesa dos seus interesses e aspirações mais imediatas e fundamentais — aumento de salários e melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

A Unidade da classe operária forja-se na luta, tem o nosso Partido repetido inúmeras vezes. Isto continua a ser uma verdade e uma palavra de ordem correcta. O que importa é levá-la à prática. Para unir a classe operária não são de desprezar nenhuma formas de luta, mesmo as mais simples, desde as lutas sindicais às lutas reivindicativas.

A classe operária, todos os trabalhadores, têm interesses comuns. Isso facilita a sua unidade e esta deve ser sempre procurada à volta da luta por esses mesmos interesses comuns.

Para estabelecer a unidade da classe operária é necessário apenas criar e desenvolver em cada trabalhador a consciência da sua força quando unida à força de dezenas, centenas e milhares de outros trabalhadores, vítimas como eles da desenfreada exploração capitalista. Para criar nos trabalhadores esta consciência, só uma escola conta — a escola da luta.

Criar na classe operária a consciência da sua força e a consciência do valor da sua unidade eis a grande tarefa dos comunistas e do seu Partido como destacamento de vanguarda da classe operária.

Unida a classe operária através da luta, o Partido fortalece-se igualmente, enriquecido com os melhores elementos que do seio da classe se destacam na luta.

O PARTIDO E AS FORÇAS ARMADAS

O trabalho do Partido dentro das forças armadas continua a ser bastante débil em várias regiões do país.

Este problema que devia merecer uma atenção cada vez maior a todo o Partido teve nos últimos tempos um limitadíssimo número de camaradas a quem de facto o problema interessou devidamente vendo-se da sua parte um esforço constante para não permitir que o esquecimento e a subestimação continuassem a subsistir em tão larga escala.

Para ter uma ideia da importância do trabalho militar é preciso não somente compreender o que as forças armadas representam para a manutenção do fascismo no poder, como conhecer as possibilidades de trabalho entre elas.

Se as forças armadas são no seu conjunto a base principal em que o fascismo se apoia, elas não lhe merecem por igual a mesma confiança, e é por isso que o governo vem de ano para ano aumentando as forças repressivas às quais destina não só a tarefa de reprimir toda e qualquer manifestação de descontentamento popular, mas até mesmo atira-las, contra as outras forças armadas onde o descontentamento é cada vez mais visível, por isto, o que aconteceu ainda há poucos meses em Penamacor, quando a P.S.P., G.N.R., etc., enfrentaram os soldados que se tinham levantado contra a tirania que reinava no quartel.

O DESCONTENTAMENTO DENTRO DO EXÉRCITO

Além deste factor que divide na realidade as forças armadas e faz perigar a existência do fascismo, há vá-

Por FERREIRA

rios outros que de igual modo contribuem para criar um ambiente de descontentamento sempre crescente entre estas mesmas forças. Entre eles salientamos:

1.º — O descontentamento existente entre os oficiais, sargentos e soldados patriotas por o governo ter colocado certas bases e unidades debaixo do controle de oficiais estrangeiros os quais se portam como em terra conquistada, não sendo motivo de menos descontentamento o facto de à frente de muitas Unidades não estarem os oficiais mais competentes, mas os mais reacccionários e lacaios do fascismo, e ainda as promoções se fazerem, não na base de competência e antiguidade, mas na base dos padrinhos influentes e até na delação.

2.º — Como motivo de grande descontentamento podemos apontar a política de provocações conduzida pelo fascismo em Goa para onde são atirados milhares de soldados, sargentos e oficiais com o fim de esmagar os anseios de liberdade dos goianos, e defender igualmente os interesses dos monopolistas americanos, japoneses, do Banco Nacional Ultramarino, etc.

3.º — É também motivo de descontentamento o facto de muitos milhares de jovens serem arrancados aos seus lares e empregos por largos períodos, ficando dentro dos quartéis sujeitos às piores humilhações, maus tratos, e perigos constantes na instrução e manobras militares onde alguns perdem a vida ou ficam incapacitados sem que lhes seja dada qualquer compensação e ainda porque é deficientíssima a alimentação e ridículo o pré que lhes dão, enfim, e o conjunto destes factos aliado a muitos outros que podem atrair para

a luta democrática os militares.

O DESCONTENTAMENTO DENTRO DA MARINHA E AVIAÇÃO

Os problemas que atrás se colocam não dizem respeito apenas ao Exército pois muitos deles existem também na Marinha de Guerra e até mesmo na Aviação.

Na Marinha, muito embora não seja tão grave o problema da alimentação, do pré, maus tratos, etc., existem outros problemas que nem por isso causam menos apreensões, como seja o tempo de serviço, que para muitos recrutas representa um atraso na vida dificilmente recuperável, e ainda as condições de navegabilidade de certas unidades, que podem pôr em perigo a vida dos que nelas andam embarcados.

Na Aviação, o cumprimento dos programas da NATO quanto à preparação de novos pilotos levou a um desprezo absoluto pela vida dos jovens alistados. Hoje pode quase dizer-se que candidatar-se para a aviação é candidatar-se para a morte.

São também estes factos e muitos outros existentes quer na marinha quer na aviação que nos dão largas possibilidades de mobilização destas forças.

O DESCONTENTAMENTO DENTRO DAS FORÇAS REPRESSIVAS

Apesar de às forças repressivas estar reservado um papel diferente, isto não quer dizer que não existam também dentro destas forças possibilidades de trabalho, pondo de lado, evidentemente, a famigerada FIDE. Assim, é justo não esquecer as dificuldades económicas com que se debatem os soldados da GNR, PSP, a quem se pagam vencimentos miseráveis obrigando muitos deles a andarem quase mendigando junto dos proprietários, comerciantes e industriais para poderem fazer face ao elevado custo de vida.

Sabemos ainda como descontenta a muitos soldados da GNR e PSP honrados, o papel que a FIDE lhes faz desempenhar na repressão contra os trabalhadores, os democratas e patriotas e as maneiras de superioridade e até de desprezo com que muitos, agentes da FIDE, que às vezes não são mais que uns garotinhos insolentes, tratam homens destas corporações que pela idade podiam ser seus pais. Se a isto juntarmos o facto de os soldados e guardas destas corporações serem na sua imensa maioria filhos das classes operária e camponesa, que só as dificuldades económicas arrastaram para este tipo de vida, podemos compreender que também dentro destas forças há homens que podem e devem ser chamados à luta contra o stalinismo.

Quanto à Legião Portuguesa, também existem algumas possibilidades de trabalho que não devem ser subestimadas pelo nosso Partido. Se é certo que esta força foi criada especialmente para lutar contra os democratas e patriotas, que é uma força de guarda civil, também é certo que, o facto de o governo ter obrigado muitos trabalhadores e outras pessoas a alistarem-se, sob ameaça de desemprego, e prometido a muitos, empregos mais ou menos chorudos, que sabia não poder granjar, criou em muitos legionários descontentamento e desilusão que se agravam à medida que o tempo passa.

É, portanto, todo este conjunto de factores, juntamente com muitos outros, tanto de ordem geral como específicos de cada quartel ou unidade, que cria as condições para desenvolver um largo trabalho dentro das forças armadas.

COMBATAMOS A SUBESTIMAÇÃO DO TRABALHO ENTRE AS FORÇAS ARMADAS

Se, como ficou demonstrado, existem condições de acção entre as forças armadas, qual a razão porque temos um tão grande atraso neste trabalho? Porque, como já se disse atrás, ele está bastante subestimado dentro do Partido.

Só assim se compreende que haja organismos de Direcção onde este ponto passa muitos meses seguidos sem vir à mesa de discussão. Só assim se compreende que haja camaradas responsáveis que contactam com camaradas que vão para a tropa e não sintam a necessidade de os credenciar, deixando-os entregues aos seus

problemas e sem ajuda do Partido. Só assim se compreende que haja outros camaradas que mantendo directa ou indirectamente ligações para dentro de certas unidades, não cuidem de saber quais os problemas que existem lá dentro de maneira a poderem ajudar os militantes ou simpatizantes que lá estão, ou deixem no rol do esquecimento certas ligações ou possibilidades de ligações e contactos. Pelas mesmas incompreensões é que muitos camaradas em certas localidades conduzem uma hostilidade igual para todos os soldados de corporações como a G.N.R., P.S.P. e também da Legião sem cuidarem de saber quais os que podem ser atraídos à luta ou pelo menos separados dos que são na realidade inimigos do povo. Porque a subestimação e as incompreensões estão em desacordo com a orientação e necessidades do Partido urge que elas sejam combatidas.

OS PROBLEMAS MILITARES NA IMPRENSA DO PARTIDO

A imprensa do Partido tem já nos últimos tempos trazido a lume vários acontecimentos passados dentro dos quartéis, manobras militares, partida de contingentes para a Índia, etc. Entretanto estes relatos são ainda uma pequena amostra daquilo que pode e deve ser feito. É evidente que o Partido não pode adivinhar o que se passa dentro das forças armadas se não está ligado a elas como deve estar, mas também é certo que por vezes se não tem dado a importância devida a certos acontecimentos que mereciam ser largamente divulgados entre o nosso povo. Estão neste caso os acontecimentos da S. Tomé, em 1952, a brutal repressão conduzida contra o povo goês, as causas da morte do General Godinho, e tantos outros casos que o nosso povo quase desconhece e que aumentariam ainda mais a sua indignação contra o governo.

Para que o Partido reganhe e ultrapasse a influência que já teve dentro das forças armadas necessita de modificar rapidamente esta situação e começar a dar um maior relevo não só a acontecimentos como os atrás citados mas também a outros como, a maneira pouco respeitosa e até vexatória com os oficiais estrangeiros se portam em relação aos oficiais portugueses; as roubalheiras feitas nos quartéis pelos oficiais fascistas, o regime de maus tratos e fome que existe dentro de alguns quartéis, o desprezo pela saúde dos soldados, muitos dos quais sofrem desastres e morrem sem assistência médica; como aconteceu há pouco em Vendas Novas com um soldado que rebentou num desastre e o oficial médico não lhe deu qualquer assistência, e como estes tantos outros problemas há que devem passar a ser mais largamente divulgados na imprensa do Partido.

SOBRE A NOSSA ACTUAÇÃO

Se pelo que atrás se constatou fica mais ou menos claro que existem todas as condições para conduzir um trabalho diferente dentro das forças armadas, também é necessário dizer mais alguma coisa em relação às formas de acção dentro deste sector de trabalho de maneira a apetrechar melhor os camaradas que se encontram incorporados.

Nos Militantes n.º 48, 62, 74 e 80, está traçada uma orientação que convém estudar, especialmente o que se diz no n.º 74. Entretanto, nada se perde se se lembrar que a acção dos camaradas que estão nas forças armadas, em especial os soldados, deve ser essencialmente legal e de captação de simpatias entre os outros soldados e mesmo superiores. Assim eles devem saber ajudar cada companheiro nos seus mais variados problemas tais como: ajudar os mais tímidos a não se deixarem calcar por superiores e colegas; aproximarem-se para ajudar os que se isolam por acanhamento ou falta de dinheiro; oferecerem-se aos que não sabem ler para lhes escreverem ou lerem as cartas da família, animar os que caem em desânimo devido aos problemas que se criaram com a sua vida para a tropa (maiores dificuldades económicas para a família, courela que corre o risco de se perder, emprego que corre o mesmo risco, casório que ficou atrasado ou comprometido, etc., etc.) e para toda sempre as nossas camaradas devem ter um conselho, um gesto amigável.

Devem além disso os nossos camaradas jogar à bola com os que jogam, ir à taberna com os que lá vão, con-

versar com os católicos acerca da religião sem os hostilizar no mínimo que seja, conversar sobre a Paz com os que odeiam a guerra e se opõem à política de terror salazarista, conversar sobre as vantagens da democracia com aqueles que desejam para o país um regime de liberdade, e claro está, é necessário conversar com o maior número possível acerca dos problemas existentes dentro do quartel ou unidade, como por exemplo: a má qualidade do rancho, licenças e folgas insuficientes, excêso de trabalho ou exercícios, maus tratos por parte dos oficiais e sargentos, má assistência médica, a falta de segurança nos barcos e aviões, se se trata de camaradas marinheiros ou aviadores.

Se a captação de simpatias se deve fazer abertamente, pois nada há nisso que se deva esconder, o mesmo não acontece com as conversas a fazer acerca dos problemas existentes dentro de cada quartel ou unidade porque, como atrás se disse, sendo aí que o fascismo tem a sua base de apoio fundamental, é também aí que ele tem os olhos e ouvidos mais abertos.

Será portanto a acção persistente e inteligente dos nossos camaradas lardados bem apoiados e ajudados por todos os camaradas e organizações do Partido que permitirá criar de novo uma forte organização nas forças armadas e restabelecer a influência e confiança que já existiram no passado.

Projecto de Resolução

DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

SOBRE OS ENSINAMENTOS DO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA, O CULTO DA PERSONALIDADE E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS, A ACTIVIDADE E AS TAREFAS DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

1 O Comité Central do Partido Comunista do Brasil examinou através de amplos e democráticos debates, uma série de problemas relacionados com o XX.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética e os seus importantes ensinamentos, com o movimento comunista e democrático mundial e com a actividade do nosso Partido. A demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas é injustificável. A delegação do nosso Partido, que assistiu, como convidada, ao XX.º Congresso do P.C.U.S., errou ao retardar demasiadamente a sua volta ao Brasil. O Presidium do C. C. do P.C.B. também cometeu o erro de não convocar o Pleno do C.C. além disso, grande número de membros do C.C. esteve várias vezes reunido e não exigiu a convocação do Pleno do C.C.. Em Junho último, na V.ª Conferência Nacional do Partido, o C.C. não aproveitou o ensejo para levantar tais problemas. Esta demora deixou o nosso Partido em altitude de expectativa, profundamente chocado com a revelação das consequências nefastas do culto da personalidade na União Soviética e nos países de democracia popular da Europa, e em dificuldades para enfrentar os seus mais importantes problemas.

Reconhecendo os prejuízos daí decorrentes, o Comité Central recomenda que o estudo e a discussão das principais questões levantadas no XX.º Congresso do P.C.U.S. sejam feitos simultaneamente com o exame crítico aprofundado das posições e da actividade do nosso Partido. A discussão de tais questões concorrerá para despojar no seio do Partido uma atmosfera democrática e criadora inteiramente nova, verdadeiramente crítica e autocrítica, o que facilitará a correcção de erros e falhas nas nossas posições ideológicas e políticas e levará a uma radical mudança nos métodos de trabalho no Partido e do Partido com as massas.

2 Novas condições surgem e se desenvolvem no mundo. Enormes são os êxitos do povo soviético, que avança vitoriosamente na construção do comunismo. O socialismo transformou-se em sistema mundial, facto novo e fundamental que, nas actuais circunstâncias, condiciona todo o desenvolvimento histórico. Grandiosos são o progresso das forças socialistas e a influência das ideias socialistas. Crescem sem cessar as correntes que lutam pela paz, a liberdade, a democracia e o socialismo. Uma nação após outra liberta-se do jugo imperialista. Tudo isto faz prever um surto jamais visto de progresso material e espiritual para toda a humanidade.

Antes da segunda grande guerra, o sistema socialista compreendia unicamente os povos da União Soviética, representando 17% do território, perto de 1% da população e apenas 7% da produção industrial do mundo.

Hoje, os países socialistas ocupam mais de 25% da superfície do globo, com uma população superior a 55% do total mundial e as suas indústrias contribuem com cerca de 30% da produção industrial do mundo. O que caracteriza o desenvolvimento do sistema socialista mundial é o facto de que ele se processa com um ritmo sem precedentes na história.

Simultaneamente, assistimos à rápida decomposição do sistema colonial, que é um dos pilares do imperialismo. De cerca de 1 bilião e 500 milhões de seres humanos que antes da segunda guerra mundial compunham a população das colónias e países dependentes, mais de 1 bilião e 240 milhões já se libertaram da condição de dependência colonial e semi-colonial. O capitalismo viu-se impotente para impedir esse processo histórico.

A formação do sistema socialista mundial e a desagregação do sistema colonial do imperialismo colocam os povos que lutam pela sua libertação diante de nova situação e de novos problemas. Para os povos dos países pouco desenvolvidos, que aspiram ao progresso e ao desenvolvimento económico independente, torna-se cada vez mais claro que, mesmo sem fazer parte do sistema socialista mundial, podem desfrutar dos progressos deste sistema. As instalações industriais modernas de que necessitam, podem ser obtidas nos países do socialismo, sem qualquer compromisso de carácter político, militar ou contratante e que ocorre com a chamada «ajuda» das potências imperialistas, cujo carácter opressor é evidente. Crescem ao mesmo tempo as contradições interimperialistas, e as potências capitalistas já não podem considerar os países pouco desenvolvidos exclusivamente como fonte de fabulosos lucros, vendendo-se obrigados, nas suas relações com eles, a fazer algumas concessões. Os povos dos países coloniais e dependentes podem hoje alcançar a sua completa independência económica mediante a conquista ou a consolidação da liberdade política e a realização de uma política externa independente e de acordo com os reais interesses nacionais. Fora alguma potência, deter a vontade dos povos que lutam por uma vida livre e independente. A repressão armada a que recorrem as potências imperialistas contra povos que se libertaram ou lutam por libertar-se do jugo imperialista está condenada à derrota.

É característico da nossa época o surgimento e crescimento das mais variadas correntes que lutam pela paz, a liberdade, a democracia e o socialismo. Apesar das diferenças sociais, ideológicas e políticas, essas correntes podem e devem unir-se em torno de objectivos comuns, na luta contra o imperialismo e a guerra ou na defesa dos interesses vitais do povo.

Profundas são as modificações que se estão operando na estrutura social do mundo e nas ideias e na prática

de milhões de seres humanos. O imperialismo, que gera as guerras modernas, não desapareceu, mas existem hoje forças suficientemente poderosas para assegurar uma paz mundial duradoura.

Aos povos do mundo capitalista, inclusive os que lutam pela sua libertação do jugo imperialista, abrem-se novos e mais favoráveis caminhos em direcção ao socialismo. Simultaneamente, surgem condições que facilitam e impulsionam uma unidade cada vez mais ampla da classe operária e das mais diversas correntes da opinião. São imensas as perspectivas que se apresentam ao movimento comunista e democrático no mundo inteiro.

Importante contribuição para compreender as questões essenciais do desenvolvimento internacional contemporâneo, que determinam a marcha actual dos acontecimentos e as perspectivas futuras, foi dada pelo XX Congresso do P. C. U. S..

3 No Brasil, estão-se também operando importantes modificações económicas e sociais. São melhores as condições que permitem modificações na correlação de forças políticas favoravelmente à democracia, à independência e ao progresso. Tendem a unir-se as amplas forças patrióticas e democráticas, desde a classe operária até importantes sectores da burguesia. Vai-se isolando e reduzindo a minoria de reaccionários e agentes do imperialismo norte-americano, que luta desesperadamente contra as aspirações do nosso povo e os supremos interesses nacionais. Agravam-se as contradições no seio das classes dominantes, com reflexos em todos os partidos políticos, no parlamento e no seio do governo do sr. Juscelino Kubitschek.

Evidencia-se assim a tendência a uma polarização de forças no país. A actividade do nosso Partido tem sido orientada, com o objectivo de acelerar esse processo.

As forças patrióticas e democráticas conseguiram alguns êxitos bastante expressivos nos últimos tempos, com a vitória nas eleições de 3 de Outubro que levou aos movimentos de 11 e 21 de Novembro, com a posse dos eleitos e a suspensão do estado de sítio. Através de campanhas patrióticas em defesa das riquezas nacionais, por uma política brasileira sobre o petróleo e a energia atómica, o nosso povo alcançou grandes vitórias. As lutas pelas liberdades democráticas desenvolveram-se e atingiram considerável amplitude na campanha de amnistia e no actual movimento contra uma nova lei de imprensa. A conquista de novos níveis de salários-mínimo foi uma importante vitória das massas trabalhadoras. Amplos sectores da população unem os seus esforços na luta contra a carestia da vida.

Apesar dos êxitos alcançados, a unidade das forças que almejam a democracia e o progresso do Brasil tem sido insuficiente para impedir certos golpes contra o movimento democrático e patriótico e para obter novos e mais efectivas mudanças de carácter democrático e progressista na política interna e externa do país.

4 O Comité Central, após examinar a nossa própria experiência e a situação do nosso país que evolui e se modifica com rapidez, e levando em conta ainda a nova situação mundial conclui que a orientação política do nosso Partido deve ser a mais ampla, flexível e audaz. A nossa actividade deve ser orientada de modo a fazer avançar a unidade de todos os patriotas e democratas em torno de objectivos comuns, tais como:

1) Defesa da soberania nacional, por uma política externa de paz, pelo comércio livre e relações amistosas com todos os povos. Defesa e exploração das riquezas naturais. Defesa da indústria nacional, pelo desenvolvimento independente da economia brasileira.

2) Defesa das liberdades democráticas consagradas na Constituição, abolição das discriminações ideológicas e políticas, revogação das leis que ferem os princípios constitucionais. Extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros.

3) Melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do campo. Medidas contra a inflação e a carestia da vida. Medidas eficazes

de reforma agrária, que favoreçam a posse da terra e meios de trabalho aos camponeses. Redução das taxas de arrendamento da terra, extensão da legislação social ao campo. Melhorias para os municípios e as populações do interior.

Para levar adiante esta orientação política, o Partido Comunista do Brasil deve estabelecer entendimentos e acordos com todas as forças, correntes de opinião e partidos políticos. Estamos prontos a colaborar com todos os brasileiros que assumam atitude favorável a todas, a algumas ou a uma só das proposições que ora apresentamos. Com este mesmo propósito, estendemos a mão aos dirigentes e adeptos dos diversos partidos políticos. Estamos convencidos de que juntos encontraremos a melhor maneira de afastar os obstáculos que separam brasileiros de brasileiros. O essencial é unirmo-nos. As forças patrióticas e democráticas unidas têm condições de fazer prevalecer a sua vontade.

O actual governo do sr. Juscelino Kubitschek foi eleito e empossado graças ao apoio da ampla coalizão eleitoral que se estendia desde as forças patrióticas e democráticas, inclusive os comunistas, até mesmo conhecidos reaccionários que têm ligações com os diferentes monopólios imperialistas. No seio do governo reflectem-se contradições e choques de interesses acentuando-se, porém, duas tendências principais — a das forças patrióticas, democráticas e progressistas, ainda agora vitoriosas no terreno da política atómica, e a das forças retrógradas que lutam por impedir qualquer modificação progressista, na política externa e interna. Em face dessa situação, devemos apoiar com vigor as forças patrióticas que participam do governo e deste reclamar novas medidas em defesa da soberania nacional e contra quaisquer tentativas de instaurar no país uma ditadura terrorista. Ao mesmo tempo, devemos combater e desmascarar os elementos reaccionários pró-ingleses que ocupam posições importantes no governo, assim como os actos negativos do sr. Kubitschek. Tenhamos sempre em vista, porém, que o avanço da democracia e a conquista da verdadeira independência nacional dependem fundamentalmente da unidade e da luta do povo.

Em cada Estado, território e município, é indispensável que as organizações do Partido estudem concretamente a disposição das forças políticas e a composição do governo locais, a fim de que possam traçar a sua conduta política e realizar entendimentos e acordos segundo a orientação do Partido. No nesse vasto país, com problemas tão diversificados, os êxitos da luta pela democracia, pela independência nacional e pela melhoria das condições de vida do povo muito dependem de serem levantadas as reivindicações concretas de cada local de trabalho, de cada distrito, município e Estado. Isto facilitará grandemente as nossas ligações com as massas e a nossa cooperação com todas as forças e pessoas progressistas, patrióticas e democráticas.

O fortalecimento da unidade da classe operária, o desenvolvimento e consolidação da aliança operária-camponesa são factores decisivos para garantir a estabilidade e a ampliação da frente única. As reivindicações específicas da pequena burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional devem merecer da parte dos comunistas a maior atenção. Em relação aos grandes capitalistas brasileiros, o nosso ataque deve ser dirigido somente contra aqueles que traírem os interesses nacionais, pondo-se do lado dos imperialistas ianques. Mesmo em relação aos latifundiários, a nossa posição deve depender das suas atitudes concretas diante da luta pelas reivindicações e direitos do nosso povo. Concentrando sempre o fogo contra os imperialistas norte-americanos e seus agentes no Brasil, o nosso dever é cooperar com todos os que desejam lutar pela soberania nacional, pelas liberdades democráticas, por melhores condições de vida para o povo, por um Brasil próspero e independente.

O Comité Central é de opinião que, simultaneamente, com a luta firme pela aplicação desta orientação política, é direito e dever de cada comunista examinar com espírito crítico e autocritico o Programa do Partido. É admissível que muitas das suas teses e fórmulas não correspondam às necessidades políticas do povo brasileiro nem à solução dos seus problemas. A luz da nossa actividade, da experiência adquirida na luta pela realização das nossas tarefas e do exame das transforme-

que se operam no Brasil e no mundo, cada comunista pode e deve pesquisar mais atentamente o caminho brasileiro para a mais ampla democracia, a libertação nacional e o socialismo. Para isso, os comunistas devem estudar a realidade brasileira, analisando o desenvolvimento histórico do nosso povo e acompanhando as mudanças que se manifestam no completo da situação econômica, política e social do país. Tendo em conta o carácter de classe e revolucionário do nosso Partido, devemos saber indicar as transformações que atendam às aspirações do nosso povo e ao progresso do Brasil.

5 O XX.º Congresso do P.C.U.S. deu grande destaque ao princípio leninista segundo o qual o Partido deve ser dirigido por organismos que funcionem de modo regular e colectivo, acentuando que este princípio havia sido violado na vida do P.C.U.S. durante longo período. Afirmou-se que após a morte de Stáline se restabeleceu no Partido a democracia interna e a direcção colectiva. A questão da luta contra o culto da personalidade e suas consequências ocupou lugar de relevo nas discussões do XX.º Congresso. Foi vigorosamente criticado, como contrário aos princípios marxistas-leninistas e nocivo à acção dos comunistas, o culto do indivíduo, culto que existiu no P.C.U.S. e no movimento comunista mundial. Igualmente foram criticados alguns erros teóricos de Stáline e a sua actividade como dirigente do Partido e do Estado. O P.C.U.S. cumpriu um dever comunista ao levantar o debate em torno de tais questões, o que constituiu um mérito de revolucionários proletários. Tudo isto demonstra a grande vitalidade do Partido Comunista da União Soviética e do marxismo-leninismo.

Todos nos chocamos com a gravidade dos erros cometidos por Stáline e pelo Comité Central do P.C.U.S. sob a direcção de Stáline. Grande estranheza, além disso, causou-nos o facto da denúncia dos erros de Stáline ter chegado ao conhecimento de todos nós, do nosso Partido e do nosso povo, através da imprensa burguesa. É dever de cada comunista, no entanto examinar esta questão com serenidade e responsabilidade. Muito sérias foram as violações da legalidade socialista e do funcionamento democrático do P.C.U.S. tendo havido erros na política interna e externa da U.R.S.S. com reflexos negativos no movimento comunista e democrático mundial. Sem justificar de forma alguma cu pretendemos diminuir a gravidade de tais erros, devemos, porém, compreender as difíceis condições em que se desenvolveu a União Soviética, primeiro país do mundo onde a classe operária conquistou o poder e construiu o socialismo. Sob o ataque furioso da reacção de todo o mundo capitalista, o povo soviético, dirigido pelo Partido Comunista, teve que travar uma luta amarga e impiedosa para defender o Estado socialista. Dentro deste quadro, surgiram graves erros, sérias injustiças, violações da legalidade socialista e abusos contra certas minorias nacionais. Só na sua perspectiva histórica é que podemos apreciar correctamente os erros e compreender as suas causas.

É uma atitude idealista supor que os comunistas não errem. Mas devemos ter sempre em vista o que de mau pode ocorrer ao movimento revolucionário quando se desprezem os lados negativos, as falhas e os erros e se vêem apenas os lados positivos, os êxitos e as vitórias. Este, um dos principais ensinamentos que devemos extrair dos erros agora denunciados pelo Partido Comunista da União Soviética.

O Comité Central do Partido Comunista do Brasil congratula-se com o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética pela sua Resolução de 30 de Junho deste ano a respeito da luta contra o culto da personalidade e das suas nefastas consequências. Valorizamos devidamente os esforços feitos pelas caméras soviéticas desde a morte de Stáline para restabelecer o princípio da direcção colectiva, dando passos no sentido da restauração da legalidade soviética e da democracia na vida do Partido.

Devemos examinar as causas que nos levaram a desenvolver, a estimular o culto da personalidade de Stáline, assim como pôr a nu os erros que em consequência disto cometemos. O culto da personalidade é contrário ao marxismo-leninismo. É uma concepção idealista que freia a capacidade de iniciativa dos militantes do Partido e das massas, impede o desenvolvimento

criador da teoria e da prática revolucionária, dificulta o exercício da crítica e auto crítica e da direcção colectiva. Infringimos os princípios do marxismo no que tange ao papel das massas e do indivíduo na história, ao estimular no nosso Partido e no nosso povo o culto da personalidade de Stáline e ao deixar de apreciar com espírito crítico tudo o que provinha de Stáline, do P.C.U.S. e da União Soviética. Neste sentido, cabe-nos de-tacar que foi errada a nossa posição em 1948 e 1949 diante do Partido Comunista da Jugoslávia. Falto-nos na oportunidade o necessário espírito crítico e aprovamos incondicionalmente a decisão errônea do Bureau de Informação. Reconhecemos agora o nosso erro e tudo faremos para corrigi-lo, procurando sem maior tardança restabelecer as nossas relações fraternas com os camaradas jugoslavos.

Salienhamos que o nosso Partido se guia pelo princípio da igualdade entre todos os partidos comunistas e operários e reafirmamos com orgulho a nossa tradição de fidelidade ao internacionalismo proletário e de apoio firme e activo à União Soviética e demais países do campo socialista.

6 A revelação dos graves erros cometidos na URSS em consequência do culto da personalidade de Stáline, despertou-nos para a necessidade de democratizar a vida do nosso Partido. A democratização da vida do Partido é a maneira pela qual florescerá nas nossas fileiras a actividade criadora e será estimulado o senso crítico dos comunistas, fazendo despertar novas iniciativas e dando novo impulso a todas as organizações e organismos dirigentes.

Cresceram as forças do nosso Partido e tende a tornar-se sempre maior a sua influência entre as grandes massas. Entretanto ainda não eliminamos os erros e insuficiências que dificultam a nossa actividade, o aumento mais rápido dos nossos efectivos e o desempenho de um papel mais destacado na vida política do país. Podemos agora melhor compreender o muito que há de errôneo nos métodos de direcção que aplicávamos no nosso Partido. A responsabilidade dos graves erros e debilidades que ora começamos a examinar cabe fundamentalmente ao Comité Central e, em particular, ao Presidium e ao Secretariado.

As funções do Comité Central eram na prática absorvidas pelo Presidium e pelo Secretariado. O Comité Central não desempenhava plenamente as suas verdadeiras funções; não existia ambiente propício ao exercício da direcção colectiva; não existia o clima necessário à livre discussão e à luta de opiniões. O Presidium e o Secretariado do Comité Central tornaram-se órgãos hipertrofiados. Cairam num demasiado afastamento das massas do Partido e da vida real, o que determinou o surgimento de elementos de burocratismo na sua actividade. Proliferavam as ordens e directivas, mesmo para as menores coisas, o que entravava ou impedia a iniciativa dos quadros, dos militantes e dos organismos.

A anomalia existente nos órgãos dirigentes superiores do Partido projectava-se, com maior ou menor intensidade, na vida de todos os organismos intermediários e daí para as organizações de base, cuja actividade política era sufocada em consequência desses métodos. A opinião e a colaboração de militantes do Partido não eram em geral levadas em conta, o que revelava falta de confiança na sebedoria colectiva do Partido.

Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema autoritário de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação — predominavam na nossa actividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levaram ao afastamento muitos quadros e militantes. Tal sistema e tais métodos tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido. As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação do nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudillescas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira. Estão igualmente numa falsa concepção sobre a natureza e o papel do Partido Comunista do Brasil que, como vanguarda organizada

o marxista da classe operária deve ser, por excelência, educador de homens e expressão dos interesses e da vontade das massas populares.

É chegado o momento de travar em todo o Partido uma luta persistente pela correção desses males, sem esquecer jamais que se trata de desarraigir toda uma tradição e que isto não será conseguido sem vencer sérias e obstinadas resistências, ainda que se apresentem sob as formas mais sublis. Nas condições actuais, para que possamos desempenhar o importante papel que nos cabe na vida política do país, necessário se torna que todo o Partido desenvolva grande actividade. Os organismos do Partido devem decidir colectivamente, no âmbito de sua actividade, sobre os problemas que se colocam diante do Partido, executando as suas tarefas e tendo o máximo de iniciativa, sem esperar passivamente as ordens e directivas de cima. A política de quadros até agora seguida no Partido deve ser reexaminada, adoptando-se o método de persuasão e educação na formação dos quadros e o critério de promoção pelo seu trabalho, capacidade e qualidades morais. A questão da origem social como critério de promoção dos quadros merece especial atenção no debate que ora se inicia. O trabalho teórico permanente em ligação com o trabalho prático quotidiano deve ser estimulado; o livre debate, na imprensa do Partido, dos problemas teóricos e políticos, sob responsabilidade pessoal, deve ser garantido. A liberdade de criação artística e a actividade criadora dos intelectuais comunistas devem ser incentivadas e respeitadas. Conquanto a submissão da minoria à maioria deve ser rigorosamente observada em todo o Partido, é importante examinar a conveniência de vir a ser assegurada à minoria o direito de manter e defender a sua opinião. Sabemos encontrar, dentro das condições de clandestinidade em que somos obrigados a actuar, a justa relação entre a democracia e o centralismo, entre a liberdade e a disciplina. É indispensável observar os princípios do centralismo democrático, melhorar a direcção colectiva, estimular e utilizar em maior grau a crítica e a auto-crítica e prestar a devida atenção à crítica vinda de baixo. Para dirigir com êxito a luta histórica do nosso povo pela liberdade, pela independência nacional e pelo progresso do Brasil, para evitar defeitos e erros cu o estar em condições de corrigi-los a tempo, é imprescindível elevar a um novo nível a democracia da vida do Partido.

É igualmente necessário intensificar a luta ideológica nas nossas fileiras. Combatendo com firmeza as manifestações e tendências estranhas à ideologia do proletariado, devemos concentrar o foco no secterismo e no subjectivismo, que são actualmente as tendências mais prejudiciais à actividade do nosso Partido.

O secterismo tem-nos causado sérios prejuizos no trabalho com as massas e com os aliados. A nossa actividade política e prática está impregnada de fortes tendências esquerdistas e sectárias, o que se revelou ainda recentemente em face dos importantes movimentos de frente única e campanhas de massa. Somos intransigentes, pouco inclinados a fazer entendimentos e acordos mediante concessões aos aliados. Chegamos até ao rompimento sem motivos reais com pessoas que não pensam como nós e com as quais nem sempre sabemos encontrar o terreno para a acção comum. Utilizamos métodos impositivos. As explicações accessíveis e persuasivas, a linguagem simples e concreta e a atitude modesta e exemplar não são ainda o nosso padrão de trabalho entre as massas. Generalizou-se entre nós a tendência de que as organizações de massas sob a nossa influência devem participar obrigatoriamente de todas as campanhas que dirigimos ou apoiamos. Nem sempre sabemos considerar devidamente o lérmimo das lutas, nas quais nos lançemos, às vezes, sem levar em conta as forças mobilizadas, a disposição das massas e dos aliados. Muitas pessoas, assustadas com as nossas palavras de ordem políticas muito avançadas, ou com os nossos métodos errôneos de trabalho, afastam-se das lutas e das posições de unidade. Esquecemos frequentemente que o papel dirigente do Partido deve ser conquistado mediante um trabalho de massas quotidiano e uma justa política e que é através da própria experiência que as massas serão ganhas para as posições que defendemos. Falta nos muito para agirmos com inteira compreensão, cordialidade e paciência, e deixamos por vezes de cumprir o nosso dever como força de coesão e principal factor de entendimento mútuo. Na prática

subestimamos os aliados, procuramos tutelar as massas e somos levados a substituir as massas pelo Partido e pelas personalidades. As tendências sectárias ainda existentes no Partido revelam incompreensões a respeito do papel das massas populares e do Partido na luta de libertação nacional e social do nosso povo. Essa luta só pôde ser travada com pleno êxito pelas massas de milhões de brasileiros. O dever do Partido, como servidor das massas, é persuadí-las, mobilizá-las, unilas e tudo fazer para bem dirigir as suas lutas.

O subjectivismo tem nos levado a incompreensões da realidade, a interpretações mecânicas e unilaterais dos fenómenos, a falsas avaliações de factos e situações, das suas causas e consequências. Sob a forma de empirismo, que subestima a teoria, o subjectivismo levou-nos a cometer graves erros; mas é sob a forma do dogmatismo que o subjectivismo mais se manifesta nas nossas fileiras. O dogmatismo tem nos causado grandes prejuizos mediante a repetição mecânica de fórmulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileiro, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas do nosso país. Abdicamos da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador. Copiamos literalmente o P.C.U.S. em muitas formas de construção do Partido apesar da extrema diversidade de condições. A aceitação sem espírito analítico e crítico, das idéias de comunistas e de partidos comunistas de outros países, era comum na nossa actividade. O dogmatismo tem-nos levado a não dar suficiente atenção ao estudo da experiência das lutas do nosso povo e do nosso Partido. Como negação do marxismo-leninismo e entrave à justa compreensão e direcção da luta de libertação nacional e social do nosso povo, o dogmatismo deve ser enérgica e permanentemente combatido. Para superar o dogmatismo é indispensável intensificar em todo o Partido a educação ideológica marxista-leninista em união indissolúvel com o estudo da realidade nacional e com a prática do movimento revolucionário brasileiro, generalizando a nossa experiência. Guiados pelo marxismo-leninismo, elaboraremos o caminho brasileiro para a libertação nacional e social do nosso povo.

7 O Comité Central abre o debate sobre os problemas levantados neste projecto de Resolução plenamente confiante nas forças do nosso Partido. Esta discussão conduzirá ao fortalecimento do Partido e da sua unidade, contribuirá para o desenvolvimento do espírito de camaradagem entre os comunistas e será benéfica aos interesses do nosso Partido e do nosso povo.

Serão publicados os trabalhos dos membros do Partido inclusive daqueles que tenham divergências a apresentar.

Que todos falem, discutam e sugiram, fazendo pleno uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e auto crítica. Que se estabeleça viva e fecunda luta de opiniões à base dos princípios, em busca de soluções justas para os problemas. Que a livre discussão dessas questões no Partido estimule a iniciativa criadora e o senso de responsabilidade dos comunistas, assegure a luta contra tudo que seja prejudicial aos interesses partidários e se desenvolva em ligação com a aplicação eutusiástica das nossas tarefas. A democratização da vida do Partido elevará a um nível superior a actividade nas nossas fileiras.

O Comité Central examinará com atenção e solicitude todos os problemas, sugestões e críticas que forem levantados através deste amplo debate, a fim de recolher e utilizar a sabedoria colectiva do Partido. Após ouvir todo o Partido, o Comité Central adoptará a necessária Resolução sobre os problemas em debate.

O Comité Central designou uma Comissão para, com a colaboração do Partido e aproveitando os materiais e sugestões do presente debate, elaborar os documentos para a convocação do V.º Congresso do Partido.

Salvaguardemos os supremos interesses do Partido confiante na força revolucionária da verdade. Estamos convictos de que esta discussão reforçará o prestígio do Partido entre as massas e os nossos aliados e tornará mais sólida a unidade orgânica, política e ideológica das nossas fileiras em torno do Comité Central.

SITUAÇÃO NO MOVIMENTO COMUNISTA

Trecho do Informe de PALMIRO TOGLIATTI
ao VIII.º Congresso do P. C. Italiano.

«Estamos, sem dúvida, atravessando um momento difícil do nosso movimento. Não o escondemos, e não o escondemos, precisamente, para conseguir não só compreender bem do que se trata, como ainda para fazer bem o que é necessário fazer. Momentos críticos atravessou o movimento operário, em países determinados e internacionalmente, todas as vezes em que foi necessária ou a correcção de orientações errôneas que anteriormente haviam lançado raízes profundas, ou a adopção de novas orientações políticas e de acção, determinadas por modificações que sobrevieram na situação objectiva. Ambos esses motivos estão hoje presentes e o nosso movimento não pode deixar de os ter em conta. A crítica e denúncia do XX.º Congresso, que agora estamos justamente valorizando, criaram condições para um novo desenvolvimento, e desenvolvimento múltiplo, de forma diversa e original sobre um espaço determinado. O mundo socialista reforça-se renovando-se, articulando-se no próprio interior de modo novo, rompendo esquemas e incrustações que só freavam o desenvolvimento, estabelecendo laços mais sólidos com as massas trabalhadoras, liquidando a ilegalidade, a limitação absurda dos direitos democráticos, aceitando o debate e o confronto aberto com ideologias diversas da nossa, libertando a ciência e a arte de danosa passividade. De modo novo controlam-se as relações entre os diversos países socialistas, como já acentuamos. Seja-me permitido acrescentar — porquanto o assunto não é da nossa competência directa — que mesmo no campo das relações económicas entre esses países estamos, provavelmente, no início de um novo período, no qual leis relações parece que se devem desenvolver em nível superior. Isto é imposto pelo próprio abandono da mecânica e servil imitação das realizações soviéticas neste campo. A União Soviética forneceu, até agora, uma ajuda enorme para o desenvolvimento dos países socialistas, para superar as dificuldades deles, para que construísem fábricas, para que adquirissem as conquistas mais avançadas da técnica, inclusive instalações atômicas mais modernas. Se fosse possível calcular o valor material desta ajuda, atingiríamos cifras astronómicas. Os povos da União Soviética conquistaram, com este empenho e este sacrifício, o reconhecimento imorredouro de todo o movimento operário. Mas surge o momento no qual, inclusive o método desta ajuda é inadequado para resolver o verdadeiro problema, que é o da instauração de um sistema de cooperação económica, que sem ferir de nenhum modo a independência e a soberania de cada Estado, permita, através de uma espécie de divisão do trabalho internacional, a redução dos custos, o aumento da produtividade e, portanto, um maior bem estar em cada um desses países. Este sempre foi o objectivo de que faziam os iniciadores e os grandes mestres do nosso movimento, quando lançavam o olhar para o futuro.

As condições são tais que, objectivamente, reclamam e tornam possível um novo desenvolvimento e progresso do movimento comunista. O momento crítico que atravessamos é, pois, um momento não de revisão, de repensamento estéril, mas de desenvolvimentos criadores, que nos dão e segurança de inevitáveis novos êxitos.

AS RELAÇÕES ENTRE OS PARTIDOS COMUNISTAS

É natural que a questão das relações entre os partidos comunistas e operários se coloque, também, nesta situação, com agudeza e nova forma. A Internacional Comunista realizou uma grande obra no passado para dar uma orientação revolucionária ao movimento operário e educar mais de uma geração dos seus quadros. Mas expressou-se, nas suas decisões, a preponderância de um certo sectarismo, que isolava os comunistas das grandes massas trabalhadoras. O sectarismo foi sendo, porém, liquidado com energia quando, diante

da ameaça do fascismo e da guerra, a união dos trabalhadores e das forças democráticas se apresentou como a suprema necessidade. Mesmo na acção curta e fragmentária do Bureau de Informação houve uma tendência a tanto fechada e sectária, como o demonstrou a errada decisão que levou à ruptura com o movimento comunista iugoslavo. A indispensável pesquisa, por cada um dos partidos, de caminho peculiar de avanço e luta pelo socialismo, particularmente de um caminho próprio de desenvolvimento interno, exige autonomia de pesquisa e julgamento na aplicação à situação nacional dos princípios do marxismo-leninismo, que são o nosso guia. Estes mesmos princípios não são um dogma. Eles fornecem-nos um método segundo o qual estamos em condições de entender a realidade, de adaptar a esta realidade a nossa acção, desenvolver esses mesmos princípios e descobrir novas leis reguladoras da criação de um mundo socialista, novas orientações e indicações de um movimento comunista que se tornou hoje uma força mundial, e de um movimento de massas dirigido pelos comunistas como não existiu até agora. Ter fé nos princípios e deles deduzir tudo que é necessário para a nossa renovação, esta é a tarefa que está hoje diante de todos nós.

E uma tarefa difícil, o para bem resolvê-la é necessária a ajuda recíproca de todos os sectores do nosso movimento, de todos os nossos partidos. Não existindo mais uma organização única e mesmo um centro único de direcção, pensou-se num sistema de grupos e centros múltiplos, mas ainda esta forma de organização se evidencia incompatível com a plena autonomia de cada partido e isso resulta em dar a um ou outro desses partidos uma excessiva responsabilidade.

RELAÇÕES BILATERAIS

O sistema das relações bilaterais satisfaz à exigência de autonomia. Ele mesmo deve ser praticado com seriedade e com especial empenho, levando-se em conta a particular situação hodierna. As relações bilaterais devem compreender, antes de tudo, o conhecimento recíproco e o recíproco respeito, e devem admitir e, melhor, devem solicitar as críticas amistosas, que formulem os problemas e contribuam para os apressar. O que não é admissível, de qualquer parte de onde possa vir, seria um retorno ao sistema que criticamos e superamos, a intervenção nos assuntos internos de outros partidos, e transformação da crítica em ataque que lance o descrédito e a confusão, a desconfiância preconcebida, o apoio aberto ou disfarçado a uma luta de facção, o estímulo à ruptura da unidade dos outros partidos ou de todo o nosso movimento. A base destes princípios regularizámos as nossas relações com a Liga dos Comunistas Iugoslavos. Consideramos positivo este facto e para nós instrutivo os primeiros resultados do nosso estudo da experiência da construção socialista na Iugoslávia. Desenvolveremos estas amigáveis relações. Mas não se deve voltar e cair em erros que violem os princípios acima indicados. Consideramos perigoso, não verdadeira e não justa a tentativa de dividir em dois o movimento comunista, como se existisse uma parte por princípio contrária às decisões do XX.º Congresso e às consequências que dele se devem tirar. Em vez disso, existem modos diversos, em diversos países, de realizar as necessárias correcções. Nas próprias democracias populares, errariam redondamente os que considerassem comum a todos elas a situação que se revelou na Hungria, que fechassem os olhos diante dos progressos já alcançados e aos novos êxitos obtidos, como a recente legislação sobre seguro social, por exemplo. A renovação deve realizar-se. Factos como os da Hungria não devem repetir-se, de nenhum modo. Mas renovação não quer dizer ruptura, e para que não se repitam factos graves, são essenciais a unidade e a confiança dos partidos operários e uma justa acção deles, que estreite de modo inquebrantável os seus laços com as massas.



INTRODUÇÃO AO MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA, DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA U.R.S.S.

A economia política faz parte das ciências sociais (1). Ela estuda as leis de produção social e da repartição dos bens materiais nas diferentes etapas do desenvolvimento da sociedade humana.

A produção material constitui a base da vida da sociedade. Para viver, os homens devem ter comida, roupas e outros bens materiais. Para procurar estes bens, são obrigados a produzi-los, obrigados a trabalhar.

Os homens produzem os bens materiais, isto é, lutam contra a natureza, não isoladamente mas em comum, em grupos, em sociedades. Eis porque a produção é sempre e quaisquer que sejam as condições uma produção social, e o trabalho uma forma de actividade do homem social.

A produção dos bens materiais supõe: 1º) o trabalho do homem; 2º) o objecto do trabalho e 3º) os meios de trabalho.

O trabalho é uma actividade racional do homem no decurso da qual modifica e utiliza para a satisfação das suas necessidades os objectos fornecidos pela natureza. O trabalho é uma necessidade natural, uma condição absoluta da existência dos homens. Sem ele, a vida humana seria impossível.

É objecto de trabalho tudo aquilo sobre que o homem aplica o seu trabalho. Os objectos de trabalho podem ser dados directamente pela natureza: assim, a árvore que se abate na floresta, o mineral que se extrai do solo. Os objectos do trabalho que foram já submetidos à acção de um trabalho, como o minério na fábrica metalúrgica, o algodão na de fição, os fios na fábrica têxtil têm o nome de *matérias primas*.

Os meios de trabalho designam todas as coisas com a ajuda das quais o homem age sobre o objecto do seu trabalho e o modifica: são em primeiro lugar os instrumentos de produção, tais como a terra, os edifícios para exploração, os estrados, os canais, os entrepostos, etc. Entre eles o papel determinante pertence aos *instrumentos de produção*. Estes últimos compreendem os instrumentos variados que o homem utiliza no seu trabalho, desde os grosseiros instrumentos de pedra dos primitivos até às máquinas modernas. O nível de desenvolvimento dos instrumentos de produção dá a medida do poder da sociedade sobre a natureza, a medida do desenvolvimento da produção. O que distingue entre si as diferentes épocas económicas, não é o que elas produzem mas a maneira de produzir os bens materiais, os instrumentos de produção de que elas se servem.

Os objectos de trabalho e os meios de trabalho constituem os *meios de produção*. Se não estão associados à força de trabalho, estes não podem criar nada por si mesmos. Para que o processo do trabalho, o processo de criação dos bens materiais possa começar, a força de trabalho deve associar-se aos instrumentos de produção.

A força de trabalho é a faculdade que o homem tem de trabalhar, a soma das forças físicas e espirituais graças às quais é capaz de produzir bens materiais. A força de trabalho é o elemento activo da produção; é ela que põe em acção os meios de produção. Com o progresso dos instrumentos de produção desenvolvem-se também no homem a aptidão para o trabalho, a destreza, a habilidade, a experiência da produção.

Os instrumentos de produção por meio dos quais são produzidos os bens materiais, os homens que põem em acção estes instrumentos e produzem os bens materiais, graças a uma certa experiência da produção, e a hábitos de trabalho, constituem as *forças produtivas* da sociedade. As massas trabalhadoras são a principal força produtiva da sociedade humana em todas as etapas do seu desenvolvimento.

As forças produtivas trazem as relações dos ho-

mens com os objectos e as forças da natureza de que eles se servem para produzir os bens materiais. Entretanto, na produção, os homens não agem sómente sobre a natureza, mas também uns em relação aos outros.

«Eles não produzem senão colaborando de uma maneira determinada e trocando entre si as suas actividades. Para produzir entram em convívio e em relações determinadas uns com os outros, e é nos limites deste convívio e destas relações sociais que se estabelece a sua acção sobre a natureza, a produção». (2)

As relações sociais decididas pelos homens entre si no processo da produção dos bens materiais constituem as *relações de produção*.

As relações de produção compreendem: a) as formas da propriedade dos meios de produção; b) a posição dos diversos grupos sociais na produção que deles resulta e as relações entre si; c) as formas de repartição dos produtos que dependem da propriedade dos meios de produção e da posição dos homens na produção.

O carácter das relações de produção é determinado pelo da propriedade dos meios de produção (terra, floresta, águas, subsolo, matérias primas, instrumentos de produção, edifícios para exploração, meios de transporte e de comunicação, etc.): ou esta propriedade pertence a indivíduos, a grupos sociais ou classes que dela se servem para explorar os trabalhadores, ou a uma sociedade cujo fim é satisfazer as necessidades materiais e culturais das massas populares. O estado das relações de produção mostra, como os meios de produção, e por conseguinte os bens materiais produzidos pelos homens, são repartidos entre os membros da sociedade. Assim, é a forma particular de *propriedade dos meios de produção* que constitui o traço determinante das relações de produção.

As relações de produção determinam também as relações de repartição que lhes correspondem. A repartição constitui a ligação entre a produção e o consumo.

Os produtos fabricados na sociedade servem quer para o consumo produtivo, quer para o consumo individual. O *consumo produtivo*, é a utilização dos meios de produção com vista a criar bens materiais. O *consumo individual* satisfaz as necessidades do homem em alimentação, vestuário, habitação, etc..

A repartição dos artigos de consumo individual que foram produzidos depende da própria da repartição dos meios de produção. Na sociedade capitalista os meios de produção, e por conseguinte os produtos do trabalho, pertencem aos capitalistas. Os operários estão privados dos meios de produção, e para não morrer de fome, são obrigados a trabalhar para os capitalistas que se apropriam dos frutos do seu trabalho. Na sociedade socialista os meios de produção são propriedade social. Do mesmo modo os frutos do trabalho pertencem aos trabalhadores.

Nas formações sociais em que existe a produção mercantil, a repartição dos bens materiais realiza-se pela *troca das mercadorias*.

Produção, repartição, troca e consumo formam uma unidade onde o papel determinante pertence à produção. As formas determinadas de repartição, de troca e de consumo reagem por seu turno activamente sobre a produção, favorecendo ou enervando o seu desenvolvimento.

O conjunto das

«relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base real sobre que se eleva uma super-estrutura jurídica e política e à qual

correspondem formas de consciência social determinadas». (3)

Uma vez existente, a super-estrutura reage activamente por seu turno sobre a base de que acelera ou entorpece o desenvolvimento.

A produção apresenta um aspecto técnico e um aspecto social. O aspecto técnico da produção é estudado pelas ciências naturais e técnicas, tais como a física, a química, e metalurgia, a mecânica, a agronomia, etc.. A economia política estuda o aspecto social da produção, as relações dos homens entre si na produção social, quer dizer as relações económicas.

«A economia política, escrevia Lênine, não se ocupa somente da produção mas também das relações sociais dos indivíduos na produção, da estrutura social da produção». (4)

A economia política estuda as relações de produção na sua interacção com as forças produtivas. As forças produtivas e as relações de produção formam um conjunto que é o modo de produção.

As forças produtivas são o elemento mais móvel e mais revolucionário da produção. O desenvolvimento da produção começa por alterações nas forças produtivas e, antes de tudo pela transformação e pelo desenvolvimento dos instrumentos de produção; transformações correspondentes se produzem em seguida nas relações de produção. As relações de produção entre os homens, cujo desenvolvimento depende do das forças produtivas, exercem por sua vez uma poderosa acção sobre as forças produtivas.

Estas não podem desenvolver-se plenamente sem que as relações de produção correspondam ao estado das forças produtivas. Num certo grau do seu desenvolvimento, as forças produtivas ultrapassam o quadro das relações de produção existentes e entram em conflito com elas. As relações de produção, qualquer que seja a forma do desenvolvimento das forças produtivas, vêm o tornar-se as suas algemas.

É por isso que as antigas relações de produção são cedo ou tarde substituídas por novas relações que correspondem ao nível do desenvolvimento e ao carácter das forças produtivas da sociedade. Uma mudança da base económica da sociedade acarreta uma mudança da sua super-estrutura. As condições materiais da passagem das antigas relações de produção para relações novas aparecem e desenvolvem-se no próprio seio da velha formação. As novas relações de produção dão livre curso ao desenvolvimento das forças produtivas.

A lei da correspondência necessária entre as relações de produção e o carácter das forças produtivas é portanto uma lei económica do desenvolvimento da sociedade.

Numa sociedade que assenta sobre a propriedade privada e a exploração do homem pelo homem, os conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção manifestam-se pela luta de classes. A passagem do antigo para o novo modo de produção realiza-se então por uma revolução social.

A economia política é uma ciência histórica. Ela estuda a produção material nas suas formas sociais historicamente determinadas, as leis económicas próprias dos diferentes modos de produção. As leis económicas exprimem a essência dos fenómenos e dos processos económicos, a relação interna de causa para efeito e de inter-dependência que existe entre eles.

As leis do desenvolvimento económico são leis objectivas. Nascem e agem na base de condições económicas determinadas, independentemente da vontade dos homens. Os homens podem conhecer estas leis e utilizá-las no interesse da sociedade, mas não podem abolir ou criar leis económicas.

A utilização das leis económicas numa sociedade de classes tem sempre um conteúdo de classe: a classe de vanguarda de cada formação social utiliza as leis económicas no interesse de um desenvolvimento progressista da sociedade, enquanto que as classes que fizerem o seu tempo se opõem a ele.

Cada modo de produção tem a sua lei económica fundamental que exprime dele a essência e dele define os principais aspectos e as principais linhas de de-

envolvimento.

A economia política

«estuda em primeiro lugar as leis particulares de cada grau de evolução da produção e da permuta, e não é senão no fim deste estudo que ela poderá favorecer algumas leis inteiramente gerais que são válidas em todos os casos para a produção e a permuta». (5)

Por consequência, o desenvolvimento das diferentes formações sociais obedece lento às leis económicas que lhes são próprias, como às que também são válidas para todas as formações, como, por exemplo, a lei da correspondência necessária das relações de produção e do carácter das forças produtivas. As formações sociais não estão portanto separadas apenas pelas leis económicas próprias unicamente do modo de produção considerado; elas estão também ligadas umas às outras por leis económicas válidas para todas.

A economia política estuda os tipos fundamentais de relações de produção que conhece a história: a comunidade primitiva, a escravatura, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo. A comunidade primitiva é um regime social anterior à existência das classes. A escravatura, o feudalismo e o capitalismo são formas diferentes de sociedades fundadas sobre a servidão e a exploração das massas trabalhadores. O socialismo é um regime social que põs fim à exploração do homem pelo homem.

A economia política estuda a evolução da produção social, das formas inferiores às formas superiores; o aparecimento, o desenvolvimento e o desaparecimento dos regimes sociais fundados sobre a exploração do homem pelo homem. Ela mostra como toda a marcha da história prepara a vitória do modo de produção socialista. Estude, em seguida, as leis económicas do socialismo, as leis do nascimento da sociedade socialista e o seu desenvolvimento para a fase superior do comunismo.

Deste modo, a economia política é a ciência que trata do desenvolvimento das relações dos homens entre si na produção social, isto é, das relações económicas dos homens. Ela formula as leis que regem a produção e a repartição dos bens materiais na sociedade humana nos diferentes estádios do seu desenvolvimento.

O método da economia política marxista é o do materialismo dialéctico. A economia política marxista-leninista aplica os princípios fundamentais do materialismo dialéctico e do materialismo histórico ao estudo do regime económico da sociedade.

Ao contrário das ciências da natureza, tais como a física, a química, etc., a economia política não pode recorrer, para estudar o regime económico da sociedade, a ensaios, experiências de laboratório feitas em condições artificiais, eliminando os fenómenos que impedem o exame de um processo no estado puro.

«A análise das formas económicas, assinalava Marx, não pode servir-se do microscópio e dos reagentes fornecidos pela química; a abstracção é a única força que pode servir-lhe de instrumento». (6)

Todo o regime económico oferece uma fisionomia complexa e contraditória. Um estudo científico deve ir para além das aparências superficiais que apresentam os fenómenos económicos e, socorrendo-se da análise teórica, pôr em evidência os processos subjacentes, os traços económicos fundamentais que exprimem a essência das relações de produção consideradas, e abstrair dos traços secundários.

Esta análise científica conduz às categorias económicas, quer dizer às noções que são a expressão teórica das relações reais de produção da formação social considerada, tais como, por exemplo, a mercadoria, o valor, a moeda, a direcção equilibrada, o preço de revenda, a jornada de trabalho, etc..

O método de Marx consiste em elevar se progressivamente das categorias económicas mais simples até às mais complexas, o que corresponde ao movimento ascendente da sociedade excluindo das formas inferiores para as formas superiores. Neste estudo as categorias da economia política, a investigação lógica descobre-se numa análise histórica do desenvolvimento social.



Marx, ao analisar as relações de produção capitalistas, começa por deduzir a relação geral mais simples e mais frequente: a troca de uma mercadoria por outra. Mostra na mercadoria, célula da economia capitalista, o germe das contradições do capitalismo. Partindo da análise da mercadoria, explica o aparecimento da moeda, desenha o processo de transformação do dinheiro em capital, revela a essência da exploração capitalista. Mostra como o desenvolvimento social conduz inelutavelmente à queda do capitalismo, à vitória do comunismo.

Lénina indicou que a exposição da economia política devia caracterizar os períodos sucessivos do desenvolvimento económico. Também o presente curso examina as principais categorias da economia política — mercadoria, valor, moeda, capital, etc. — na ordem histórica em que elas apareceram nas diferentes etapas da evolução da sociedade humana. Por isso se encontram já noções elementares sobre a mercadoria e a moeda nos capítulos consagrados às formações pré-capitalistas. Mas estas categorias são examinadas mais a fundo na parte em que é estudada a economia capitalista evoluída, onde elas atingem o seu pleno desenvolvimento. A mesma ordem da exposição se seguiu para a economia socialista. Na parte consagrada ao período de transição do capitalismo para o socialismo, é dada uma noção elementar da lei económica fundamental do socialismo, da lei do desenvolvimento harmonioso, proporcionado pela economia nacional, da repartição segundo o trabalho, do valor, da moeda, etc. Mas o estudo completo destas leis e destas categorias é abordado na parte consagrada ao « Sistema socialista de economia nacional ».

A economia política, ao contrário da história, não se propõe somente estudar a história da evolução da sociedade em toda a sua diversidade concreta. Ela dá noções fundamentais sobre as características essenciais de cada sistema de economia social.

Ao lado da economia política, existem outras disciplinas científicas que estudem as relações económicas nos ramos particulares da economia nacional, na base das leis descobertas pela economia política: a economia da indústria, a economia da agricultura, etc..

A economia ocupa-se não de problemas nebulosos, separados da vida, mas de problemas reais e ardentes, que afectem os interesses vitais dos homens, da sociedade, das classes. A queda do capitalismo e a vitória do sistema socialista da economia são inevitáveis? Os interesses do capitalismo estão em contradição com os da sociedade e do progresso humano? A classe operária é o covêdo do capitalismo? Ela é chamada a libertar a sociedade do capitalismo? A todas estas questões e a outras semelhantes dão os economistas respostas diferentes segundo os interesses das classes de que se fazem intérpretes. Explica-se assim que não exista na hora actual uma economia política comum a todas as classes da sociedade, mas que existam várias: a economia política burguesa, a economia política proletária, e por último a das classes intermédias, a economia política pequeno-burguesa.

É portanto absolutamente falso pretender, como certos economistas, que a economia política é uma ciência neutra, que não é uma ciência de partido, que é independente da luta das classes sociais e sem nenhuma ligação, directa ou indirecta, com um partido político qualquer.

Pode existir uma economia política objectiva, im-

parcial, que não tema a verdade? Sem dúvida alguma. Esta não pode ser outra senão a da classe que não tem interesse em dissimular as contradições e as chegadas do capitalismo, em ver perpetuar-se a ordem capitalista, da classe cujos interesses se confundem com os da libertação da sociedade subjugada pelo capitalismo, da classe cujos interesses são também os do progresso humano. Esta classe, é a classe operária. Do mesmo modo só uma economia política que defenda os interesses da classe operária pode ser objectiva e desinteressada. Esta economia política é a do marxismo-leninismo.

A economia política marxista é um elemento essencial da teoria marxista-leninista.

Os grandes dirigentes e teóricos da classe operária, Karl Marx e Friedrich Engels, foram os fundadores da economia política proletária. Na sua genial obra, *O Capital*, Marx pôs claras as leis que regem o nascimento, o desenvolvimento e a queda do capitalismo; forneceu a demonstração económica da necessidade da revolução capitalista e do estabelecimento da ditadura do proletariado. Marx e Engels formularam nas suas grandes linhas a teoria do período de transição do capitalismo para o socialismo e das duas fases da sociedade comunista.

A doutrina económica do marxismo foi desenvolvida nas obras de Lénine, fundador do Partido Comunista e do Estado Soviético e genial continuador da obra de Marx e de Engels. Lénine enriqueceu a ciência económica marxista com uma síntese da experiência adquirida nas condições novas do desenvolvimento histórico criando a teoria marxista do imperialismo; mostrou a natureza económica e política do imperialismo e forneceu os primeiros elementos da lei económica fundamental do capitalismo moderno; elaborou nas suas grandes linhas a teoria da crise geral do capitalismo; é o autor de uma teoria nova, acabada, da revolução socialista; deu uma solução científica aos principais problemas da edificação do socialismo e do comunismo.

Aplicando-se nas obras fundamentais de Marx, Engels e Lénine, que criaram uma economia política realmente científica, Stáline, o grande companheiro das armas e o discípulo de Lénine, formulou e desenvolveu um certo número de teses novas.

As decisões do Partido Comunista da União Soviética e dos partidos comunistas irmãos, os trabalhos dos companheiros de armas e dos discípulos de Lénine e de Stáline, dirigentes destes partidos, não cessam de enriquecer a teoria económica marxista-leninista com deduções e teses novas partindo da síntese da prática da luta revolucionária e da edificação do socialismo e do comunismo.

A economia política marxista-leninista é uma arma ideológica poderosa nas mãos da classe operária e de toda a humanidade trabalhadora que lutam para libertar-se da opressão capitalista. O que faz a força e a vitalidade da teoria económica do marxismo-leninismo, é que ela arma a classe operária e as massas trabalhadoras com o conhecimento das leis do desenvolvimento económico da sociedade, dá-lhes claras perspectivas e a certeza da vitória definitiva do comunismo.

(Texto conforme a 2.ª edição russa, 1955. Traduzido da edição francesa publicada por « Editions Sociales », 1956-Paris.)

Notas à Introdução

1 — Economia Política vem das palavras gregas *oikonomia* e *politéia*. A palavra *oikonomia* compõe-se ela mesmo de duas palavras: *oikos* (casa, governo doméstico), e *nomos* (lei). *Politéia* significa organização social. O termo *economia política* apareceu somente no começo do século XVII.

2 — Karl Marx: *Trabalho assariado e capital*, seguido de *Salário, preço e lucro*, pag. 31, Edições Sociais, Paris, 1952.

3 — Karl Marx: *Contribuição à crítica da economia política*, Prefácio. Ver Marx-Engels: *Estudos Filosóficos*, pag. 73, Edições Sociais, 1951.

4 — V. Lénine: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, « Obras », tomo III, pag. 40-41 (4.ª edição russa).

5 — F. Engels: *Anti-Durhing*, IIª parte, Iº capítulo, pag. 179, Edições Sociais, Paris, 1950.

6 — Karl Marx: *O Capital*, livro I, tomo I, Prefácio da 1.ª edição alemã, pag. 18, Edições Sociais, Paris, 1947.